

**RELATÓRIO E
CONTAS
DE GERÊNCIA
2025**



**SANTA CASA DA
MISERICÓRDIA
DE AVEIRO**

29 de abril de 2026

Assembleia Geral Ordinária convocada nos termos da alínea b) do n.º 2
do Artigo 22.º do Compromisso da Immandade da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

INTRODUÇÃO	5
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	6
2. CONTAS DO PERÍODO	9
2.1. Análise da Evolução de Resultados e Desempenho Financeiro	9
2.2. Análise Comparativa das Receitas da Instituição	10
2.2.1. Vendas e Prestações de Serviços	10
2.2.2. Subsídios à exploração	11
2.2.3. Doações e Heranças	12
2.2.4. Outros Rendimentos	12
2.3. Análise Comparativa dos Gastos da Instituição	13
2.3.1. Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	13
2.3.2. Fornecimentos e Serviços Externos	13
2.3.3. Gastos com o Pessoal	14
2.3.4. Gastos de Financiamento	15
3. RELAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS VS DISPONIBILIDADE	16
4. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR LEGISLAÇÃO APLICÁVEL EM VIGOR	18
5. APLICAÇÃO DE RESULTADOS	19
BALANÇO	20
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA	21
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	22
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	24
ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	25
VOTO DE PESAR	57
AGRADECIMENTOS	57
DELIBERAÇÃO DA MESA ADMINISTRATIVA	58

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

INTRODUÇÃO

A Mesa Administrativa submete à Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, para discussão e votação, o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano 2025 e o Parecer do Conselho Fiscal. Foi a Assembleia convocada nos termos do disposto da alínea b) do nº 2 do art.º 22º do Compromisso da Irmandade desta Santa Casa da Misericórdia de Aveiro.

O presente documento reúne os principais resultados e indicadores da atividade desenvolvida pela nossa Misericórdia ao longo do ano e está elaborado no sentido de permitir uma leitura global e acessível.

Em 19 de dezembro de 2024, foram o Plano de Ação e a Conta de Exploração Previsional e Orçamento de Investimentos e Desinvestimentos para 2025 aprovados pela Assembleia Geral desta Santa Casa. Foi este documento que nos orientou nas suas linhas gerais, tendo depois as diferentes realidades associadas às participações do Estado, às maiores e menores dificuldades dos utentes e famílias, ao desenvolvimento da economia e preços e às nossas próprias competências e capacidades, obrigado a um equilíbrio.

Mantivemos o apoio social em diferentes tipos, proporcionando suportes instrumentais, de saúde, emocionais, afetivos e informativos, procurando uma melhoria das condições de vida de todos aqueles que apoiámos, seja através das respostas direcionadas à população adulta, onde os mais idosos têm elevada representatividade, quer através das respostas à infância assim como no capítulo Família e Comunidade onde a população que acompanhamos e apoiamos são sobretudo pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social e até de emergência social. Daí a importância dos resultados económico-financeiros alcançados, pois são estes que permitiram e permitirão a continuidade de uma proteção social efetiva, um serviço de proximidade a este grupo de pessoas que mais necessitam e permitir-nos fazer investimentos nos diferentes estabelecimentos.

As contas de gerência do ano 2025 agora apresentadas, revelam uma melhoria significativa face ao orçamentado, proposto e aprovado por unanimidade em Assembleia-Geral de 19 de dezembro de 2024.

Mesmo só estando a referir-nos a um ano, entendemos que protegemos a herança desta penta-secular instituição.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

De acordo com as nomenclaturas e conceitos em vigor por parte da Direção-Geral da Segurança Social para as respostas sociais, a Santa Casa da Misericórdia interveio durante o ano de 2025 nos capítulos da População Adulta, Infância e Juventude e Família e Comunidade.

Para além destas, também o Património Cultural e Religioso implementou várias atividades, sendo de relevar a candidatura aprovada no âmbito do Fundo Rainha D^a Leonor que contempla obras de qualificação de espaço físico e de tratamento de conservação e restauro de cerca de 28 pinturas, que ainda decorre. As visitas à Igreja e os eventos realizados na Igreja e nos Claustros, mobilizaram muitos visitantes.

Também a Quinta Ecológica da Moita (QEM), com nova dinâmica, tem promovido um significativo impacto ambiental e social na Região de Aveiro, afirmando-se como uma resposta integrada que cruza inclusão social, educação ambiental, voluntariado e promoção do bem-estar. A cooperação mútua, baseada num Protocolo estabelecido em 2024 entre a Misericórdia de Aveiro e a Associação BioLiving para a promoção e dinamização da QEM, tem também permitido a preservação da vasta área da QEM.

A piscina do Complexo Social da Moita reiniciou a sua atividade aberta ao público em meados do ano e tem vindo a aumentar a sua frequência, com uma procura cada vez maior por parte da população.

Os Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS/RSI), quer na Sede quer no Complexo Social da Moita, mantiveram um elevado número de famílias em acompanhamento e proporcionaram às famílias acompanhadas diversos benefícios que a equipa afeta e a restante estrutura da Misericórdia proporcionaram, através de candidaturas a iniciativas de organizações privadas.

A Casa de Abrigo manteve a frequência equivalente à capacidade e os Acolhimentos de Emergência naquela foram sendo correspondidos de acordo com a disponibilidade que se ia verificando. No Relatório e Contas previsional para 2025, ainda se referia um valor em dívida de 133.159,19€ por parte da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) no âmbito dos Acolhimentos de Emergência, mas que depois várias insistências e intervenções, aquele valor foi saldado à Misericórdia. Porém, a Casa de Abrigo, no ano de 2025, manteve resultados líquidos negativos, aliás em linha com o previsto.

Na área da infância, quer na Casa da Cruz quer no Centro Infantil de Aveiro, ambas as creches e ambos os pré-escolares estiveram com uma frequência equivalente à sua capacidade. Não se verificaram duas incertezas: nem a forma de financiamento do pré-escolar se alterou, pois havia a possibilidade do pré-escolar também passar ao regime de gratuidade, nem as novas salas da rede pública vieram a reduzir a frequência de crianças

nos nossos estabelecimentos. Globalmente, em termos de resultados, os dois estabelecimentos apresentaram resultados líquidos positivos, apresentando-se as valências de pré-escolar com resultados menos expressivos, o que demonstra as dificuldades das famílias.

O ano de 2025 para o Edifício Irmãos Rangel (EIR), foi o primeiro ano de funcionamento com a dotação de utentes completa. Apresenta resultados de exploração positivos, mas resultados líquidos negativos relacionados com as amortizações de imobilizado e juros de empréstimo suportados. Os valores das Vendas e Serviços Prestados estão em linha com o previsto e os Fornecimentos e Serviços Externos até foram um pouco inferiores. O desvio ao previsional encontra-se na rubrica Pessoal, pois houve a necessidade de um reforço de unidades de pessoal, já que reconhecemos a necessidade de adaptar melhor os cuidados às necessidades individuais dos utentes.

A gestão de pessoal em toda a estrutura da Misericórdia, assim como nas suas congéneres e, no geral, em todas as empresas e organizações, abrange várias áreas desde o recrutamento e seleção, enquadramento e desenvolvimento profissional, satisfação pessoal e desempenho. Há, porém, pelo menos quatro fatores relacionados com o pessoal e o seu peso na estrutura de custos que são singulares nas respostas sociais: elevado peso relativo das despesas com pessoal no total das despesas, uma taxa de variação das remunerações face ao resto da economia ainda reduzida (apesar de se estar a acentuar), uma taxa de variação da produtividade menor que no resto da economia e uma elevada rotatividade de funcionários.

Estes fatores fazem-se sobretudo notar nas respostas sociais residenciais, como é o caso das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI's) do Complexo Social da Moita (CSM) e do Edifício Irmãos Rangel (EIR), do que resulta um encarecimento dos serviços desenvolvidos nestas respostas relativamente aos produzidos no resto da economia. Entendemos como necessário alcançar elevados padrões de qualidade de prestação de serviços, alargar e, em alguns casos, reconverter, as ofertas de serviços para gerar novas receitas e direcionar um maior foco para a satisfação dos funcionários e nas estratégias de fixação destes.

No que se refere a investimentos, iniciou-se em 2025 e estão a terminar as obras de instalação do sistema de produção local de energia elétrica para autoconsumo no CSM, investimento este cada vez mais importante face às questões energéticas com que o Mundo está confrontado. Iniciámos também obras no Centro Infantil de Aveiro, colocando piso novo e reparação e pintura de paredes. Na Casa da Cruz estamos a terminar a colocação de nova caixilharia, com forte impacto no conforto e bem-estar de todos os que frequentam aquele estabelecimento.

O quadro resumo em baixo, apresenta o posicionamento da Misericórdia de Aveiro em termos de utentes apoiados e acompanhados, por área de intervenção e resposta social.

População Adulta Área: Pessoas Idosas	Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas	150 Utentes
	Centro de Dia	21 utentes
	Serviços de Apoio Domiciliário	50 utentes
Família e Comunidade Áreas: Pessoas Vítimas Violência Doméstica Família e Comunidade em Geral	Casa de Abrigo	15 utentes
	Cantina Social	29 utentes
	Serviços Atendimento e Acompanhamento Social	161 famílias
	Progr. Oper. Apoio Pessoas Mais Carenciadas	120 utentes
	Creches	133 utentes
Infância e Juventude Área: Crianças e Jovens	Pré-Escolares – Jardins de Infância	95 utentes

2. CONTAS DO PERÍODO

2.1. Análise da Evolução de Resultados e Desempenho Financeiro

A análise do desempenho financeiro da Instituição no exercício corrente, comparativamente ao exercício anterior, permite destacar os seguintes pontos:

- **Resultado líquido do exercício:** O exercício de 2025 encerrou com um resultado líquido positivo de **281.103,22 euros**, em comparação com o resultado líquido registado em 2024 no montante de 24.343,56 euros, representa uma melhoria de **256.759,66 euros**.
- **Rubricas com maior impacto negativo no resultado:**
 - **Fornecimentos e Serviços Externos**
 - **Gastos com pessoal**
- **Vendas e Prestações de Serviços:** Verificou-se um aumento expressivo de **726.921,02 euros** nesta rubrica, impulsionado principalmente:
 - Pelo aumento da atividade e melhoria no desempenho do **Edifício Irmãos Rangel**, que representou **28,60%** do crescimento;
 - Pela melhoria do desempenho do **Complexo Social da Moita**, quer através das participações do **ISS, IP**, quer das participações dos utentes e respetivos familiares, representando **47,89%** do valor referido.
- **Fornecimentos e Serviços Externos:** Esta rubrica registou um aumento de **69.334,51 euros**, impulsionado sobretudo:
 - Pelo acréscimo nos custos com **Serviço de Alimentação (+41.882,29 euros)**;
 - Pelo aumento dos **Serviços de Vigilância e Segurança (+7.795,56 euros)**.
 - Pelo aumento dos gastos com **Energia e Flúidos (+10.307,82 euros)**
- **Gastos com Pessoal:** Houve um acréscimo de **289.109,13 euros**, equivalente a um aumento de **7,94%** face ao exercício anterior. Este aumento decorre principalmente de três fatores:
 - **Atualização da Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG);**

- Aplicação das **novas tabelas salariais** previstas no Contrato Coletivo celebrado entre a **UMP** e a **FNE**, publicadas no BTE n.º 43 de 22 de novembro de 2025.
- Aumento da atividade do **Edifício Irmãos Rangel**, representando **69.638,17 euros** dos gastos adicionais;
- **Gastos de financiamento:** Totalizaram **70.910,70 euros**, evidenciando uma diminuição de **39.536,08 euros** face ao exercício anterior.
- **Taxas de juro de referência (Euribor 6 meses):** O ano iniciou-se com uma taxa de **2,562%**, com uma tendência decrescente até julho, atingindo o valor de **2,123% em dezembro**.

Conclusão:

Apesar dos desafios enfrentados, nomeadamente o aumento dos custos com pessoal e fornecimentos, e o peso das taxas de juro, a Instituição conseguiu melhorar significativamente o seu resultado líquido. O crescimento das receitas provenientes da atividade operacional, demonstra resiliência e capacidade de adaptação. Recomenda-se a continuidade na adoção de estratégias de controlo de custos e diversificação de receitas, garantindo assim a sustentabilidade financeira a longo prazo.

2.2. Análise Comparativa das Receitas da Instituição

2.2.1. Vendas e Prestações de Serviços

As Vendas e as Prestações de Serviços, em 31 de dezembro de 2025, ascenderam a 5.466.397,29 euros, tendo registado um aumento de 726.921,02 euros face ao mesmo período de 2024, o que em termos percentuais significa um incremento de 15,34%.

A grande expressão deste aumento está nas comparticipações de utentes e familiares na população adulta, representando cerca de 42% do aumento.

Verifica-se uma redução nas comparticipações familiares na Infância e Juventude, de 14,37% resultado direto da aplicação da Medida da Gratuitidade das Creches, sendo o montante de redução transferido para as Entidades Públicas, justificando-se aí grande parte do aumento de 21,18%.

As principais variações ocorreram nas seguintes rubricas:

Vendas e Prestações de Serviços

Designação	31/12/2025	31/12/2024	Variação	%
Vendas	61 321,44	52 683,48	8 637,96	16,40%
Materiais de Consumo	61 321,44	52 683,48	8 637,96	16,40%
Prestações de serviços	5 405 075,85	4 686 792,79	718 283,06	15,33%
Comparticipações de Utentes e Familiares	2 495 431,72	2 203 268,66	292 163,06	13,26%
População Adulta	2 199 585,78	1 894 471,12	305 114,66	16,11%
Infância e Juventude	142 747,61	166 708,76	-23 961,15	-14,37%
Família e Comunidade	153 098,33	142 088,78	11 009,55	7,75%
Comparticipações das Entidades Públicas	2 735 550,74	2 372 309,38	363 241,36	15,31%
Instituto Segurança Social	2 710 255,32	2 341 109,38	369 145,94	15,77%
População Adulta	1 176 835,67	1 007 134,52	169 701,15	16,85%
Infância e Juventude	1 083 906,68	894 459,32	189 447,36	21,18%
Família e Comunidade	286 070,87	277 622,95	8 447,92	3,04%
Protocolos	163 442,10	161 892,59	1 549,51	0,96%
CIG-Sec.de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade	25 295,42	31 200,00	-5 904,58	-18,92%
Família e Comunidade	25 295,42	31 200,00	-5 904,58	-18,92%
Quotizações e jóias	25 465,40	11 350,90	14 114,50	124,35%
Quotizações de Irmãos	25 465,40	11 350,90	14 114,50	124,35%
Serviços secundários	148 627,99	99 863,85	48 764,14	48,83%
Igreja e Capelas Mortuárias	800,00	300,00	500,00	166,67%
Serviços Administrativos e Financeiros	750,00	0,00	750,00	
Serviços Complementares - Infância e Juventude	11 534,00	10 239,50	1 294,50	12,64%
Serviços Complementares - Terceira Idade	24 841,59	17 532,45	7 309,14	41,69%
Serviços Unidade de Medicina Física e Reabilitação	110 563,62	67 996,90	42 566,72	62,60%
Outros	138,78	3 795,00	-3 656,22	-96,34%
	5 466 397,29	4 739 476,27	726 921,02	15,34%

2.2.2. Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração diminuíram 6.073,31 euros face ao mesmo período de 2024, o que em termos percentuais significa uma diminuição de 2,67%, conforme se pode verificar no quadro que se segue:

Subsídios à exploração

Designação	31/12/2025	31/12/2024	Variação	%
Instituto Segurança Social	77 379,37	92 391,48	-15 012,11	-16,25%
População Adulta	0,00	0,00	0,00	
Infância e Juventude	73 563,30	92 391,48	-18 828,18	-20,36%
PAC - POAPMC/FEAC	3 816,07	0,00	3 816,07	
I.E.F.P. - Instituto do Emprego e Formação Profissional	44 947,21	38 995,27	5 951,94	15,26%
Estágios Profissionais / Passaporte Empleo	44 947,21	38 995,27	5 951,94	15,26%
Câmara Municipal de Aveiro	96 289,41	96 289,41	0,00	
Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Social	96 289,41	96 289,41	0,00	
Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas	2 986,86	0,00	2 986,86	
POAPMC - FEAC	2 986,86	0,00	2 986,86	
POAPMC - OE	0,00	0,00	0,00	
	221 602,85	227 676,16	-6 073,31	-2,67%

2.2.3. Doações e Heranças

Os valores registados na rubrica Doações e heranças são apresentados no quadro abaixo:

Doações e Heranças

Designação	31/12/2025	31/12/2024	Variação	%
Doações e Heranças	11 183,71	24 488,81	-13 305,10	-54,33%
Donativos	11 183,71	24 488,81	-13 305,10	-54,33%
Dinheiro	10 877,71	21 221,02	-10 343,31	-48,74%
Espécie	306,00	3 267,79	-2 961,79	-90,64%
	11 183,71	24 488,81	-13 305,10	-54,33%

2.2.4. Outros Rendimentos

Os outros rendimentos ascenderam, em 31 de dezembro de 2025, a 241.128,38 euros tendo registado uma diminuição de 6.662,18 euros face ao mesmo período de 2024. As principais variações ocorreram nas seguintes rubricas:

Outros Rendimentos

Designação	31/12/2025	31/12/2024	Variação	%
Serviços Sociais	15 677,32	18 495,80	-2 818,48	-15,24%
Cedência de Espaços	911,53	4 405,79	-3 494,26	-79,31%
Descontos de p.p. obtidos	5 601,21	1 328,93	4 272,28	321,48%
Ganhos em Inventários	0,00	3 556,42	-3 556,42	
Rendimentos em Propriedades de Investimentos	143 232,28	151 097,79	-7 865,51	-5,21%
Imputação de subsídios para investimento	44 985,34	38 265,65	6 719,69	17,56%
Esmolas, Ofertórios e Coimas	23 389,49	25 877,60	-2 488,11	-9,61%
Consignação fiscal	7 307,74	3 962,58	3 345,16	84,42%
Outros não especificados	23,47	800,00	-776,53	-97,07%
	241 128,38	247 790,56	-6 662,18	-2,69%

2.3. Análise Comparativa dos Gastos da Instituição

2.3.1. Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Esta rubrica regista o consumo de produtos alimentares e outros artigos de consumo corrente, nomeadamente, medicamentos e artigos de saúde e fraldões.

Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

Designação	31/12/2025	31/12/2024	Variação	%
Mercadorias	40 643,04	35 301,81	5 341,23	15,13%
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	55 331,34	42 715,21	12 616,13	29,54%
Materiais de consumo	48 029,48	42 220,87	5 808,61	13,76%
	144 003,86	120 237,89	23 765,97	19,77%

O Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas sofre no exercício de 2025 um aumento de 23.765,97 euros representando percentualmente um valor de 19,77%, estando este relacionado com o aumento de atividade.

2.3.2. Fornecimentos e Serviços Externos

Os fornecimentos e serviços externos aumentaram 69.334,51 euros face ao mesmo período de 2024, o que em termos percentuais significa um aumento de 6,22%, estando este valor fundamentalmente ligado ao acréscimo de atividade da Instituição.

Fornecimento e Serviços Externos

Designação	31/12/2025	31/12/2024	Variação	%
Subcontratos	471 025,35	429 143,06	41 882,29	9,76%
Serviço Alimentação	471 025,35	429 143,06	41 882,29	9,76%
Serviços especializados	346 811,68	313 659,30	33 152,38	10,57%
Trabalhos especializados	90 116,72	82 926,96	7 189,76	8,67%
Publicidade e propaganda	3 733,06	1 920,31	1 812,75	94,40%
Vigilância e segurança	135 591,60	127 796,04	7 795,56	6,10%
Honorários	32 789,50	27 396,92	5 392,58	19,68%
Conservação e reparação	63 369,99	58 010,98	5 359,01	9,24%
Gestão e Despesas de Condomínio	10 856,40	6 650,68	4 205,72	63,24%
Outros	10 354,41	8 957,41	1 397,00	15,60%
Materiais	47 348,21	61 283,56	-13 935,35	-22,74%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	18 533,02	25 738,99	-7 205,97	-28,00%
Material de escritório	8 639,41	7 830,72	808,69	10,33%
Artigos para oferta	3 335,43	7 072,83	-3 737,40	-52,84%
Material Didático	6 394,37	4 758,65	1 635,72	34,37%
Equipamentos de Proteção Individual	10 445,98	15 742,47	-5 296,49	-33,64%
Energia e fluidos	220 630,64	210 322,82	10 307,82	4,90%
Eletricidade	127 270,38	117 693,26	9 577,12	8,14%
Combustíveis	21 502,05	21 765,54	-263,49	-1,21%
Água	40 362,26	38 033,89	2 328,37	6,12%
Gás	31 495,95	32 830,13	-1 334,18	-4,06%
Deslocações, estadas e transportes	2 214,83	2 758,46	-543,63	-19,71%
Serviços diversos	96 316,09	97 845,09	-1 529,00	-1,56%
	1 184 346,80	1 115 012,29	69 334,51	6,22%

Deste aumento, salienta-se o serviço de alimentação, no total de 41.882,29 euros que, para além de refletir o impacto da inflação, reflete o aumento da atividade. De referir que no Edifício Irmãos Rangel este serviço aumentou cerca de 51% face ao exercício de 2024.

2.3.3. Gastos com o Pessoal

Os gastos com pessoal ascenderam, em 31 de dezembro de 2025, a 3.928.617,84 euros, tendo-se verificado um aumento de 289.109,13 euros quando comparado com o mesmo período de 2024, o que em termos percentuais significa um aumento de 7,94%.

Gastos com o Pessoal

Designação	31/12/2025	31/12/2024	Variação	%
Vencimentos	2 239 516,55	2 059 163,12	150 353,43	7,20%
Subsídios de Férias	216 734,44	226 077,40	-9 342,96	-4,13%
Subsídios de Natal	188 655,60	169 766,12	18 889,48	11,13%
Prémios/Subsídios Regulares e Irregulares	91 241,72	78 871,17	12 370,55	15,68%
Trabalho Suplementar/Isenção de Horário	117 286,99	89 830,69	27 456,30	30,56%
Subsídios de Alimentação	67 044,61	67 970,57	-925,96	-1,36%
Gastos com Pessoal Cedido pelo ISS, IP	0,00	81 090,87	-81 090,87	-100,00%
Outras Remunerações	76 961,94	42 467,20	34 494,74	81,23%
Encargos c/remunerações	647 741,65	596 840,33	50 901,32	8,53%
Seguro de acidentes de Trabalho	61 641,42	56 752,84	4 888,58	8,61%
Indemnizações por Despedimento	53 347,82	58 634,53	-5 286,71	-9,02%
Gastos de Acção Social	67 292,87	57 913,48	9 379,39	16,20%
Outros Gastos Com Pessoal	101 152,23	24 130,39	77 021,84	319,19%
	3 928 617,84	3 639 508,71	289 109,13	7,94%

O aumento verificado, nesta rubrica, reflete o aumento da Remuneração Mínima Mensal Garantida, bem como da aplicação de tabelas salariais do Contrato Coletivo de Trabalho entre a União das Misericórdias Portuguesas - UMP e a FNE - Federação Nacional da Educação e outros, publicado no BTE nº. 43 de 22 de novembro de 2025, bem como o aumento de atividade no Edifício Irmãos Rangel.

2.3.4. Gastos de Financiamento

Os gastos de financiamento ascenderam, em 31 de dezembro de 2025, a 70.910,70 euros, tendo-se verificado uma diminuição de 39.536,08 euros quando comparado com o mesmo período de 2024, o que em termos percentuais significa uma diminuição de 35,8%.

Fruto de uma evolução da taxa de referência, no caso específico da Instituição, a Euribor a 6 meses, que iniciou o ano com 2,562% e terminou em 2,123%. Apesar de já se ter verificado uma descida da taxa no exercício em análise, é facto que ainda se mantiveram muito elevadas.

Seguem-se os quadros comparativos dos gastos e das taxas.

Designação	31/12/2025	31/12/2024	Variação
Gastos de Financiamento			
Juros Suportados	70 910,70	110 319,26	-39 408,56
Outros Gastos de Financiamento	0,00	127,52	-127,52
	70 910,70	110 446,78	-39 536,08
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos			
Juros Obtido	10 822,06	17 279,17	-6 457,11
Outros Rendimentos Similares	0,00	5,45	-5,45
	10 822,06	17 284,62	-6 462,56
	60 088,64	93 162,16	-33 073,52

Data de Referência	Euribor 6 meses	Data de Referência	Euribor 6 meses
01/12/2025	2,123%	02/12/2024	2,675%
03/11/2025	2,142%	01/11/2024	2,912%
01/10/2025	2,079%	01/10/2024	3,092%
01/09/2025	2,086%	02/09/2024	3,351%
01/08/2025	2,070%	21/08/2024	3,563%
01/07/2025	2,051%	01/07/2024	3,678%
02/06/2025	2,063%	03/06/2024	3,755%
02/05/2025	2,143%	02/05/2024	3,828%
01/04/2025	2,309%	02/04/2024	3,842%
03/03/2025	2,331%	01/03/2024	3,912%
03/02/2025	2,536%	01/02/2024	3,832%
02/01/2025	2,562%	02/01/2024	3,861%

Fonte: www.euribor-rates.eu

3. RELAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS VS DISPONIBILIDADE

Durante os exercícios de 2020 e 2021 foram contraídos 3 financiamentos de 500.000,00 euros cada com a Caixa Económica Montepio Geral, aproveitando as condições vantajosas das linhas de crédito “Linha de Apoio ao Setor Social COVID 19” e “Linha de Crédito + Impacto Social” e que se destinavam a reestruturar o crédito que a Instituição utilizava em contas correntes caucionadas e para demonstração de capacidade financeira para efeitos de candidaturas a projetos de investimento, nomeadamente no âmbito do PARES 3.0 – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – 3º Geração ou outros programas equivalentes.

No exercício de 2022 foi mantida a mesma filosofia de procura de melhores soluções que garantam o equilíbrio da tesouraria e do cumprimento das responsabilidades financeiras, tendo sido contratado com a Caixa Económica Montepio Geral um empréstimo ao abrigo da linha de crédito denominada “Linha de Crédito FEI Uncapped - Secção 3.1”, no montante de 700.000,00 € (setecentos mil euros), pelo prazo de 15 (quinze) anos; com a finalidade de fazer face à liquidação de responsabilidades na CGD (contratos n.º 123017963751 e 0123018063751), empréstimo este inicialmente contraído para a construção da Obra Social Irmãos Rangel.

No corrente exercício verificou-se novamente a tendência de redução dos empréstimos bancários, no montante de 323.268,09 euros, e um aumento de disponibilidades de 336.940,01 euros, dos quais 200.000,00 euros foram recebidos do Município de Aveiro, no âmbito do Protocolo de Cooperação Financeira para Apoio ao Investimento no Domínio da Ação Social para apoio ao investimento na reabilitação/adaptação da cozinha do Complexo Social da Moita. Este investimento será concretizado no decorrer do exercício de 2026.

O mapa que se segue pretende evidenciar os saldos dos últimos 2 exercícios dos empréstimos bancários e das disponibilidades.

Comparativa de Empréstimos Bancários vs Disponibilidades

Designação	31/12/2025	31/12/2024	Varição
Empréstimos Bancários			
Passivo Corrente	291 110,54	322 526,59	-31 416,05
Passivo Não Corrente	1 279 963,10	1 571 815,14	-291 852,04
	1 571 073,64	1 894 341,73	-323 268,09
Disponibilidades			
Caixa	8 828,36	7 631,67	1 196,69
Depósitos à Ordem	175 895,83	40 152,51	135 743,32
Outros Depósitos Bancário	701 496,40	501 496,40	200 000,00
	886 220,59	549 280,58	336 940,01
	684 853,05	1 345 061,15	660 208,10

4. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR LEGISLAÇÃO APLICÁVEL EM VIGOR

- Durante o exercício de 2025, não foram verificados negócios entre a entidade e a Mesa Administrativa.
- Dando cumprimento ao estatuído no artigo 210º da Lei n.º 110/2009 de 16 de setembro e ao Decreto-Lei n.º 534/1980 de 07 de novembro, informamos que a empresa, em 31/12/2025, não registava quaisquer débitos em mora perante a Segurança Social e o Estado e Outros Entes Públicos.
- A entidade não detém sucursais.

5. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe à Assembleia Geral Anual que o Resultado Líquido do Período no montante de 281.103,22 euros, seja distribuído da seguinte forma:

- Resultados Transitados: 281.103,22 euros

BALANÇO

Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

NIF: 500 852 073

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2025

Valores apresentados em Euros €

Rúbricas	Notas	Período	
		2025	2024
Activo			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4.4.	7 286 631,19	7 208 231,58
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Activos intangíveis	4.4.	0,00	0,00
Investimentos Financeiros	4.4.	23 631,32	25 131,32
Créditos e outros ativos não correntes		0,00	0,00
		7 310 262,51	7 233 362,90
Activo corrente			
Inventários	8.1	15 780,36	14 560,10
Créditos a receber	7.3	197 877,33	349 814,65
Estado e outros entes públicos	7.6	48 156,39	13 606,03
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	7.7	105 043,48	128 716,41
Diferimentos	7.5	35 860,73	13 513,25
Outros activos correntes	7.9	287 030,01	284 867,54
Caixa e depósitos bancários	7.1	886 220,59	549 280,58
		1 575 968,89	1 354 358,56
Total do Activo		8 886 231,40	8 587 721,46
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos	6.	1 222 349,48	1 222 349,48
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas	6.	789 601,61	789 601,61
Resultados transitados	6.	416 124,46	457 781,86
Excedentes de revalorização	6.	1 460 833,15	1 460 833,15
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	6.	1 525 095,43	1 532 352,92
		5 414 004,13	5 462 919,02
Resultado líquido do período	6.	281 103,22	24 343,56
Total do fundo de capital		5 695 107,35	5 487 262,58
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7.2	1 279 963,10	1 571 815,14
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		1 279 963,10	1 571 815,14
Passivo corrente			
Fornecedores	7.8	170 314,14	155 887,13
Estado e outros entes públicos	7.6	178 732,82	86 385,69
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7.2	291 110,54	322 526,59
Diferimentos	7.5	330 200,85	206 711,41
Outros passivos correntes	7.4	940 802,60	757 132,92
		1 911 160,95	1 528 643,74
Total do Passivo		3 191 124,05	3 100 458,88
Total do Fundos Patrimoniais e Passivo		8 886 231,40	8 587 721,46

A Mesa Administrativa

Paulo do Espírito Santo

Paulo do Espírito Santo

Coord. Geral: Pres. Bras. de Ourens Ant. Brs

Paulo do Espírito Santo

Paulo do Espírito Santo

O Contabilista Certificado

António Almeida
EE 31755

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

NIF: 500 852 073

Demonstração Consolidada Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2025

Valores apresentados em Euros	Rúbricas	Notas	Períodos	
			2025	2024
Vendas e serviços prestados		8.8	5 466 397,29	4 739 476,27
Subsídios, doações e legados à exploração		5.	232 786,56	252 164,97
Variação nos inventários da produção			0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade			0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		8.1	-144 003,86	-120 237,89
Fornecimentos e serviços externos		8.2	-1 184 346,80	-1 115 012,29
Gastos com o pessoal		8.3	-3 928 617,84	-3 639 508,71
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		8.4	-54 623,94	-1 478,05
Provisões (aumentos/reduções)			0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)			0,00	0,00
Outras Imparidades (perdas/reversões)			0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor			0,00	0,00
Outros rendimentos		8.9	241 128,38	247 790,56
Outros gastos		8.5	-19 094,89	-2 812,21
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			609 624,90	360 382,65
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		4.4.	-268 433,04	-242 876,93
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)			341 191,86	117 505,72
Juros e rendimentos similares obtidos		8.7	10 822,06	17 284,62
Juros e gastos similares suportados		8.6	-70 910,70	-110 446,78
Resultado antes de impostos			281 103,22	24 343,56
Imposto sobre o rendimento do período			0,00	0,00
Resultado líquido do período			281 103,22	24 343,56

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

Paulo António dos Santos
João António dos Santos
João António dos Santos

Amélia Almeida
EE 31755



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

NIF: 500 852 073

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2025

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos, Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Valores apresentados em Euros €	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
1		1 222 349,48	-	789 601,61	457 781,86	-	1 460 833,15	1 532 352,92	24 343,56	5 487 262,58
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico					24 343,56				(24 343,56)	
Alterações de políticas contabilísticas					24 343,56				(24 343,56)	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização										
Excedentes de revalorização										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	6.									
2		-	-	-	-	-	-	-	-	-
3		-	-	-	-	-	-	-	-	-
4=2+3		-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										
RESULTADO EXTENSIVO										
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos										
Subsídios, doações e legados										
Outras operações	6.				(66 000,96)			(7 257,49)		(7 257,49)
5		-	-	-	(66 000,96)	-	-	(7 257,49)	-	(73 258,45)
1+2+3+5		1 222 349,48	-	789 601,61	416 124,46	-	1 460 833,15	1 525 095,43	281 103,22	5 696 107,35

A Mesa Administrativa:
 Fonec do Agrupamento
 [Assinatura]

Com o apoio do Conselho de Administração
 [Assinatura]

O Contabilista Certificado
 [Assinatura]

Sede:
 Rua de Colimbra nº27, 3810-086 Aveiro
 Tel.: 234426732

[Assinatura]

Santa Casa da Misericórdia de Aveiro
NIF: 500 852 073

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2024

DESCRICOÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Valores apresentados em Euros €		
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transiados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	1	1 222 349,48	-	789 601,61	493 168,20	-	1 450 833,15	1 553 118,57	(35 386,34)	5 483 684,67
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico									35 386,34	-
Alterações de políticas contabilísticas									35 386,34	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									24 343,56	24 343,56
Realização do excedente de revalorização									59 729,90	24 343,56
Excedentes de revalorização										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	6.				(35 386,34)					
	2				(35 386,34)					
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3									
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3									
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos										
Subsídios, doações e legados	6.							(20 765,65)		(20 765,65)
Outras operações										
POSICÃO NO FIM DO ANO 2024	5									
1+2+3+5		1 222 349,48	-	789 601,61	457 781,86	-	1 460 833,15	1 532 352,92	24 343,56	5 487 262,58
										(20 765,65)

A Mesa Administrativa

Rui de Azevedo

Paulo José Lourenço

Paulo José Lourenço

O Contabilista Certificado

António Almeida

CC 3175

Sede:

Rua de Coimbra nº27, 3810-086 Aveiro

Tel.: 234426732

Carla da Costa

Paulo José Lourenço

Contribuinte n.º 500 852 073

Email: scma.geral@scmaaveiro.pt

Site: www.scmaaveiro.pt



ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Designação da entidade: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

1.2. Sede: Rua de Coimbra nº 27 – 3810-086 AVEIRO

1.3. Natureza da atividade: Irmandade da Misericórdia

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, doravante abreviadamente designada por Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, constituída em 1498, inscrita na Direção Geral da Segurança Social em 04 de Abril de 1986 no Livro 2 das Irmandades da Misericórdia, fls. 42 sob o nº 004/86, com sede na Rua de Coimbra nº 27, 3810-086 AVEIRO, e que se dedica à atividade de apoio social nas áreas da infância e juventude, família e comunidade e terceira idade.

A Instituição dispõe de uma página na internet com o seguinte endereço www.scmaveiro.pt na qual são apresentadas informações relativas às respostas sociais e atividades desenvolvidas e na qual são disponibilizadas as presentes demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras apresentadas reportam à atividade total da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro à data de 31 de dezembro de 2025 e estão expressas em Euros arredondadas ao cêntimo.

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, alterado pela Lei n.º 66 -B/2012, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 02 de junho, o qual que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13

de julho alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 36 -A/2011, de 9 de março, e pelas Leis n.ºs 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 83 -C/2013, de 31 de dezembro, e por último pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 02 de junho.

O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo: NCRF-ESNL);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas específico para as Entidades do Setor Não Lucrativo: CC-ESNL);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às entidades do setor não lucrativo).

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspetos particulares que se coloquem à Instituição em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Instituição recorre, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

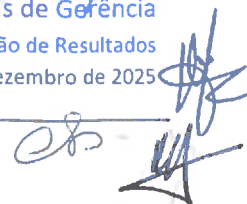
- às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho e subseqüentes alterações,
- às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, e
- às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS

Nas presentes demonstrações financeiras, preparadas a partir dos registos contabilísticos da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, foram consideradas as seguintes bases de preparação:

▪ Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Instituição durante um período de pelo menos, mas sem limitação, doze meses a partir da data do balanço.



▪ Regime da periodização económica (acréscimo)

Os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e critérios de reconhecimento.

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são respetivamente gerados ou incorridos, independentemente do momento da respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.

As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas na rubrica de «Outras contas a receber», em «Devedores por acréscimos de rendimento». Por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas na rubrica de «Outras contas a pagar», em «Credores por acréscimos de gastos».

As quantias dos rendimentos e dos gastos que, apesar de já ter ocorrido a respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento, devam ser reconhecidos nos períodos seguintes, são reconhecidos na rubrica de «Diferimentos», em «Rendimentos a reconhecer» ou «Gastos a reconhecer», respetivamente.

▪ Consistência de apresentação

Os critérios de apresentação e de classificação de itens nas demonstrações financeiras são mantidos de um período para outro, a menos que

- (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF ESNL, ou
- (ii) a NCRF-ESNL estabeleça uma alteração na apresentação, e em todo o caso
- (iii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e
- (iv) se for provável que a estrutura de apresentação revista continue de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

▪ Materialidade e agregação:

Aplicar o conceito de materialidade significa que um requisito de apresentação específico contido na NCRF-ESNL não necessita de ser satisfeito se a informação não for material, sendo que a Santa Casa não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das presentes demonstrações financeiras.

Quanto à agregação, cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras em harmonia com a informação mínima que consta dos modelos de demonstrações financeiras aprovados para as ESNL.

▪ **Compensação**

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

Não se consideram compensações

- (i) a mensuração de ativos líquidos de deduções de valorização, por exemplo, deduções de obsolescência nos inventários e deduções de dívidas duvidosas nas contas a receber,
- (ii) a dedução da quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume obtidos ou concedidos,
- (iii) a dedução ao produto da alienação de ativos não correntes da quantia escriturada do ativo e dos gastos de venda relacionados, e
- (iv) a compensação dos dispêndios relacionados com uma provisão previamente reconhecida para o efeito.

▪ **Comparabilidade**

Sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são emendadas, as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal seja impraticável, pelo que as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são comparáveis com os utilizados na preparação das quantias comparativas apresentadas.

Na preparação das presentes demonstrações financeiras não foram excecionalmente derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL tendo em vista a necessidade de as mesmas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro.

▪ **Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

Os ativos intangíveis são classificados em dois tipos:

- Ativo intangível com vida útil finita – é estimado um horizonte temporal de consumo de benefícios económicos do ativo, pelo que é amortizado por esse período (vida útil finita)
- Ativo intangível com vida indefinida – não é determinada uma data-limite para o consumo de benefícios económicos futuros, pelo que se procede à amortização do ativo, num período máximo de 10 anos.

A quantia depreciável de um ativo intangível com uma vida útil finita é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil, tal como o previsto para os ativos fixos tangíveis. A amortização deve cessar na data em que o ativo for desreconhecido.

Para determinar se um ativo intangível está com imparidade, uma entidade aplica a NCRF 12 - Imparidade de Ativos.

▪ **Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis adquiridos são mensurados pelo seu custo qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas ou pelo modelo da revalorização, após o reconhecimento como um ativo, um item do ativo fixo tangível cujo justo valor possa ser determinado fiavelmente deve ser mensurado por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

Nos casos em que existam diferenças significativas entre a quantia escriturada segundo o modelo do custo e o justo valor dos ativos, uma entidade poderá alternativamente utilizar o modelo de revalorização como sua política contabilística e deve aplicar essa política a uma classe inteira de ativos fixos tangíveis

Na Entidade existem bens do ativo fixo tangível atribuídos a título gratuito em que o custo pode ser desconhecido. Neste caso, os bens são mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na sua contabilidade. A quantia assim apurada corresponderá ao custo considerado para efeitos da mensuração no reconhecimento.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade nos bens de património histórico, artístico e cultural não são objeto de depreciação.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil foram calculadas usando as taxas máximas definidas pela tabela do Decreto Regulamentar, nº 2/90, de 12 de Janeiro e Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas.

▪ Custos de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- a) Juros de descobertos bancários e de empréstimos obtidos a curto e longo prazos;
- b) Encargos financeiros com respeito a locações financeiras reconhecidas de acordo com o capítulo 9 - Locações; e
- c) Diferenças de câmbio provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira até ao ponto em que sejam vistos como um ajustamento do custo dos juros.

A entidade capitaliza os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, como parte do custo desse ativo, quando seja provável que deles resultarão benefícios para o desenvolvimento de atividades futuras da entidade e tais custos possam ser fiavelmente mensurados.

A entidade reconhece outros custos de empréstimos obtidos como um gasto, no período em que sejam incorridos.

Considera-se que um ativo se qualifica quando leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda.

Até ao ponto em que sejam pedidos fundos emprestados especificamente com o fim de obter um ativo que se qualifica, a quantia dos custos de empréstimos obtidos elegível para capitalização nesse ativo deve ser determinada como os custos reais dos empréstimos obtidos incorridos nesse empréstimo durante o período menos qualquer rendimento de investimento temporário desses empréstimos.

Na medida em que os fundos sejam pedidos de uma forma geral e usados com o fim de obter um ativo que se qualifica, a quantia de custos de empréstimos obtidos elegíveis para capitalização deve ser determinada pela aplicação de uma taxa de capitalização aos dispêndios respeitantes a esse ativo. A taxa de capitalização deve ser a média ponderada dos custos de empréstimos obtidos aplicável aos empréstimos contraídos pela entidade que estejam em circulação no

período, que não sejam empréstimos contraídos especificamente com o fim de obter um ativo que se qualifica. A quantia dos custos de empréstimos obtidos capitalizados durante um período não deve exceder a quantia dos custos de empréstimos obtidos incorridos durante o período.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos deve cessar quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Quando a construção de um ativo que se qualifica for concluída por partes e cada parte estiver em condições de ser usada enquanto a construção continua noutras partes, a capitalização dos custos de empréstimos obtidos deve cessar quando todas as atividades necessárias para preparar essa parte para o seu pretendido uso ou venda estejam concluídas.

▪ Inventários

Os inventários são mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

A Entidade pode deter inventários cujo contributo para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade ou os serviços potenciais que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade da Entidade gerar fluxos de caixa. Este tipo de inventários pode existir, por exemplo, quando a Entidade distribui certas mercadorias sem contrapartida. Nestes casos, os contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade ou os serviços potenciais dos inventários são refletidos através da quantia que a entidade teria de pagar para comprar inventários equivalentes. Nestes casos a entidade mensura esses inventários pelo custo histórico ou custo corrente, dos dois o mais baixo.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais.

Os custos de compra de inventários incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos (que não sejam os subseqüentemente recuperáveis das entidades fiscais pela entidade) e custos de transporte, manuseamento e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de bens, de materiais e de serviços. Os descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação dos custos de compra.

▪ Redito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utente do ativo, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- a) A entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- b) A entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- c) A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- d) Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras de entidade e associados com a transação fluam para a entidade; e
- e) Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

Quando o desfecho de uma transação que envolva a prestação de serviços possa ser fiavelmente estimado, o rédito associado com a transação deve ser reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço.

O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- a) A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- b) Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade associados à transação fluam para a entidade;
- c) A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- d) Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

Quando os serviços sejam desempenhados por um número indeterminado de atos durante um período específico de tempo, o rédito é reconhecido numa base de linha reta durante o período específico a menos que haja evidência de que um outro método represente melhor a fase de acabamento. Quando um ato específico seja muito mais significativo do que quaisquer outros atos, o reconhecimento do rédito é adiado até que o ato significativo seja executado.

Quando o desfecho da transação que envolva a prestação de serviços não possa ser estimado com fiabilidade, o rédito somente deve ser reconhecido na medida em que sejam recuperáveis os gastos reconhecidos.

São consideradas prestação de serviços as quotizações próprias de cada setor.

O rédito proveniente do uso por terceiros de ativos da entidade que produzam juros, royalties e dividendos deve ser reconhecido nas bases estabelecidas, quando:

a) Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade associados com a transação fluam para a entidade; e

b) A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

O rédito deve ser reconhecido nas seguintes bases:

a) Os juros devem ser reconhecidos utilizando o regime do acréscimo;

b) Os royalties devem ser reconhecidos segundo o regime do acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante; e

c) Os dividendos devem ser reconhecidos quando for estabelecido o direito do acionista receber o pagamento.

▪ **Imparidade de ativos**

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, deve ser reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

▪ **Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente, legal ou construtiva, como resultado de um acontecimento passado, seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

O uso de estimativas é uma parte essencial da preparação de demonstrações financeiras e não prejudica a sua fiabilidade. Isto é especialmente verdade no caso de provisões, que pela sua natureza são mais incertas do que a maior parte de outros elementos do balanço. Uma entidade pode, normalmente, fazer uma estimativa da obrigação que seja suficientemente fiável para usar

ao reconhecer uma provisão. Quando tal não seja possível, existe um passivo que não pode ser reconhecido, sendo divulgado como um passivo contingente.

A entidade não deve reconhecer um passivo contingente, um passivo contingente é divulgado, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

A entidade não deve reconhecer um ativo contingente. Um ativo contingente é divulgado quando for provável um influxo de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade sem, contudo, dar indicação enganosa da probabilidade de surgirem rendimentos. Porém, quando a realização de rendimentos esteja virtualmente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é apropriado.

A quantia reconhecida como uma provisão deve ser a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

▪ Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, só devem ser reconhecidos após existir segurança de que:

- a) A entidade cumprirá as condições a eles associadas; e
- b) Os subsídios serão recebidos.

Um empréstimo perdoável (incluindo os subsídios a fundo perdido) é tratado como um subsídio quando haja segurança razoável de que a entidade satisfará as condições de perdão do empréstimo.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, devem ser apresentados no balanço como componente do Fundo Patrimonial, e imputados como rendimentos na proporção das depreciações/amortizações efetuadas em cada período.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Um subsídio pode tornar-se recebível por uma entidade como compensação por gastos incorridos num período anterior. Um tal subsídio é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios devem ser apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados

▪ Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes, Fornecedores, Contas a Receber, Contas a Pagar e Empréstimos Bancários.

A entidade utiliza o método de custo menos a perda por imparidade.

Instrumentos Financeiros

São mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período. Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo financeiro ou passivo financeiro, desde que este seja mensurado ao custo menos perda por imparidade.

A entidade avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade deve reconhecer uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Um ativo financeiro ou um grupo de ativos está em imparidade inclui dados observáveis que chamem a atenção ao detentor do ativo, designadamente sobre os seguintes eventos de perda:

- a) Significativa dificuldade financeira do emitente ou devedor;
- b) Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- c) O credor, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que o credor de outro modo não consideraria;
- d) Seja provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
ou
- e) O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor;

Se, num período subsequente, a quantia de perda por imparidade diminuir a entidade deve reverter a imparidade anteriormente reconhecida. Da reversão não poderá resultar uma quantia escriturada do ativo financeiro que exceda aquilo que seria o custo do referido ativo, caso a perda por imparidade não tivesse sido anteriormente reconhecida.

A entidade reconhece a quantia da reversão na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros e passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se forem principalmente adquiridos ou assumidos com a finalidade de venda ou de recompra num prazo muito próximo, ou se fizerem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam geridos em conjunto e para os quais exista evidência de terem sido recentemente proporcionados lucros reais. Estes ativos e passivos são valorizados ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

▪ **Benefícios dos empregados**

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

1 - Benefícios de curto prazo, tais como salários, ordenados e contribuições para a segurança social, licença anual paga e licença por doença paga e benefícios não monetários (tais como cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) relativos aos empregados correntes;

2 - Benefícios de cessação de emprego: Os benefícios de cessação de emprego não proporcionam a uma entidade futura contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade e são reconhecidos como um gasto imediatamente.

Para além dos benefícios a curto prazo e dos benefícios de cessação de emprego, podem ser proporcionados outros benefícios aos empregados, tais como:

- a) Benefícios pós-emprego (pensões, seguros de vida, entre outros); e
- b) Outros benefícios a longo prazo dos empregados (licença sabática, jubileu, entre outros).

▪ **Acontecimentos após a data do balanço**

Os acontecimentos após a data do balanço são aqueles acontecimentos, favoráveis e desfavoráveis, que ocorram entre a data do balanço e a data em que as demonstrações

financeiras forem autorizadas para emissão, pelo órgão de gestão. Podem ser identificados dois tipos de acontecimentos:

- a) Aqueles que proporcionem prova de condições que existiam à data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que dão lugar a ajustamentos); e
- b) Aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos).

Incluem-se aqui os acontecimentos que ocorram após o anúncio público de resultados ou de outra informação financeira selecionada.

A data de autorização para emissão das demonstrações financeiras é a data a partir da qual as demonstrações financeiras aprovadas pelo órgão de gestão se disponibilizam para conhecimento de terceiros ou, se aplicável, dum conselho de supervisão (constituído unicamente por não-executivos).

NOTA 4. INVESTIMENTOS FINANCEIROS, ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

4.1. – Critérios de Mensuração

Ver nota 3 – Ativos Fixos Tangíveis, Ativos Intangíveis e Instrumentos Financeiros.

4.2. – Método de Amortização e Depreciação

O método de depreciação utilizado para os ativos fixos tangíveis foi o método da linha reta.

4.3. – Vidas úteis e taxas de depreciação usadas

As depreciações dos ativos fixos tangíveis foram calculadas usando as taxas máximas definidas pela tabela do Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de janeiro e Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro.

4.4. – Divulgação dos movimentos ocorridos no período nas rubricas de Investimentos Financeiros, Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis.

Apresentamos de seguida o mapa das quantias escrituradas e movimentos do período:

Rubricas	Saldo inicial	Regulariz.	Aumentos	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
Investimentos Financeiros						
Outros investimentos financeiros	25 131,32	0,00	0,00	1 500,00	0,00	23 631,32
Perdas Por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantias líquidas escrituradas	25 131,32	0,00	0,00	1 500,00	0,00	23 631,32
Propriedades de Investimento						
Edifícios e outras construções	588 068,35	0,00	0,00	0,00	0,00	588 068,35
Depreciações Acumuladas	-290 823,53	0,00	-17 458,74	0,00	0,00	-308 282,27
Edifícios e out.construções	290 823,53	0,00	17 458,74	0,00	0,00	308 282,27
Quantias líquidas escrituradas	297 244,82	0,00	-17 458,74	0,00	0,00	279 786,08
Ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	1 173 276,71	0,00	0,00	0,00	0,00	1 173 276,71
Edifícios e out.construções	8 241 904,07	0,00	64 621,84	0,00	0,00	8 306 525,91
Equipamento básico	1 434 874,56	0,00	89 274,73	0,00	31 080,85	1 493 068,44
Equipamento de transporte	255 787,28	0,00	38 658,30	0,00	0,00	294 445,58
Equipamento administrativo	342 389,52	0,00	8 957,14	0,00	12 029,55	339 317,11
Outros ativos fixos tangíveis	265 153,56	0,00	2 275,27	0,00	0,00	267 428,83
Depreciações Acumuladas	-4 976 654,50	0,00	-250 974,30	0,00	-30 593,62	-5 197 035,18
Edifícios e out.construções	3 104 615,44	0,00	146 670,21	0,00	0,00	3 251 285,65
Equipamento básico	1 258 195,12	0,00	50 482,01	0,00	18 564,07	1 290 113,06
Equipamento de transporte	168 522,32	0,00	42 510,19	0,00	0,00	211 032,51
Equipamento administrativo	316 830,03	0,00	10 928,38	0,00	12 029,55	315 728,86
Outros ativos fixos tangíveis	128 491,59	0,00	383,51	0,00	0,00	128 875,10
Quantias líquidas escrituradas	6 736 731,20	0,00	-47 187,02	0,00	12 516,78	6 677 027,40
Ativos intangíveis						
Outros Ativos Intangíveis						
Programas de computador	34 309,50	0,00	0,00	0,00	0,00	34 309,50
Depreciações Acumuladas	-34 309,50	0,00	0,00	0,00	0,00	-34 309,50
Outros Ativos Intangíveis	34 309,50	0,00	0,00	0,00	0,00	34 309,50
Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em Curso						
Ativos fixos tangíveis						
Edifícios e out.construções	174 255,56	0,00	283 561,82	0,00	127 999,67	329 817,71
Quantias líquidas escrituradas	174 255,56	0,00	283 561,82	0,00	127 999,67	329 817,71

<i>Decomposição dos investimentos financeiros</i>		2025
Outros Investimentos Financeiros		23 631,32
Fundos		
FCT - Fundo de Compensação do Trabalho		20 395,18
FRSS - Fundo de Reestruturação do Sector Solidário		3 200,23
Outros		
Obrigações - Consolidado 3% 1942		35,91
		23 631,32

Os Investimentos Financeiros identificados no quadro acima estão mensurados ao custo.

NOTA 5. SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS APOIOS

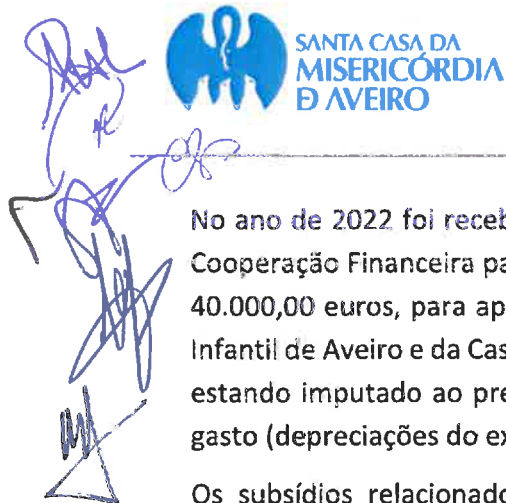
A Santa Casa da Misericórdia de Aveiro é beneficiária de subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos e relacionados com rendimentos.

Foi reconhecido no período findo a 31 de dezembro de 2015, um subsídio não reembolsável relacionado com ativo, do Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013 – QREN – Regulamento Específico Energia, no montante de 425.000,00 €, tendo sido imputado ao presente resultado do exercício a parte diretamente relacionada com o custo (depreciações do exercício).

Foi no ano de 2018 recebido um subsídio, do Município de Aveiro, no âmbito do Protocolo de Cooperação Financeira para Apoio ao Investimento no Domínio da Ação Social, no montante de 30.000,00 euros, tendo sido imputado ao presente resultado do exercício a parte diretamente relacionada com o custo (depreciações do exercício).

Foi no ano de 2020 recebido um subsídio, do Município de Aveiro, no âmbito do Protocolo de Cooperação Financeira para Apoio ao Investimento no Domínio da Ação Social, no montante de 40.000,00 euros, para apoio ao investimento em equipamentos, tendo sido realizado esse investimento no exercício de 2021. Está imputado ao presente resultado do exercício a parte diretamente relacionada com o gasto (depreciações do exercício).

No ano de 2022 foi recebido um subsídio, do Município de Aveiro, no âmbito do Protocolo de Cooperação Financeira para Apoio ao Investimento no Domínio da Ação Social, no montante de 42.000,00 euros, para apoio ao investimento numa viatura adaptada para transporte de pessoas com mobilidade reduzida, tendo sido realizado esse investimento no exercício de 2023, estando imputado ao presente resultado do exercício a parte diretamente relacionada com o gasto (depreciações do exercício).



No ano de 2022 foi recebido um subsídio, do Município de Aveiro, no âmbito do Protocolo de Cooperação Financeira para Apoio ao investimento no Domínio da Ação Social, no montante de 40.000,00 euros, para apoio ao investimento na reabilitação dos espaços exteriores do Centro Infantil de Aveiro e da Casa da Cruz tendo sido concluído esse investimento no exercício de 2025, estando imputado ao presente resultado do exercício a parte diretamente relacionada com o gasto (depreciações do exercício).

Os subsídios relacionados com rendimentos foram reconhecidos na conta 75 – Subsídios, doações e legados à exploração e encontram-se discriminados no quadro que se segue:

<i>Subsídios, doações e legados à exploração</i>	2025	2024
Instituto Segurança Social	77 379,37	92 391,48
População Adulta	0,00	0,00
Infância e Juventude	73 563,30	92 391,48
Família e Comunidade	0,00	0,00
PAC - POAPMC/FEAC	3 816,07	0,00
I.E.F.P. - Instituto do Emprego e Formação Profissional	44 947,21	38 995,27
Estágios Profissionais	44 947,21	38 995,27
Câmara Municipal de Aveiro	96 289,41	96 289,41
Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Social	96 289,41	96 289,41
Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas	2 986,86	0,00
POAPMC - FEAC	2 986,86	0,00
POAPMC - OE	0,00	0,00
Doações e Heranças	11 183,71	24 488,81
Donativos	11 183,71	24 488,81
	232 786,56	252 164,97

NOTA 6. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

O quadro que se segue apresenta as alterações ocorridas no período nos fundos patrimoniais.

Período findo em 31 de dezembro de 2024

Rubricas	Saldo inicial	Diminuições	Aumentos	Transferência/ Regularizações	Saldo final
Fundos					
Fundo Social	1 222 349,48	0,00	0,00	0,00	1 222 349,48
Reservas					
Reservas Estatutárias	789 601,61	0,00	0,00	0,00	789 601,61
Resultados Transitados					
De Exercícios Anteriores	493 168,20	35 386,34	0,00	0,00	457 781,86
Excedentes de Revalorização de Ativos					
Outros Excedentes	1 460 833,15	0,00	0,00	0,00	1 460 833,15
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais					
Subsídios	273 515,36	38 265,65	17 500,00	0,00	252 749,71
Doações	1 279 603,21	0,00	0,00	0,00	1 279 603,21
Resultado Líquido do Exercício	-35 386,34	-35 386,34	24 343,56	0,00	24 343,56
	5 483 684,67	38 265,65	41 843,56	0,00	5 487 262,58

Período findo em 31 de dezembro de 2025

Rubricas	Saldo inicial	Diminuições	Aumentos	Transferência/ Regularizações	Saldo final
Fundos					
Fundo Social	1 222 349,48	0,00	0,00	0,00	1 222 349,48
Reservas					
Reservas Estatutárias	789 601,61	0,00	0,00	0,00	789 601,61
Resultados Transitados					
De Exercícios Anteriores	457 781,86	0,00	24 343,56	-66 000,96	416 124,46
Excedentes de Revalorização de Ativos					
Outros Excedentes	1 460 833,15	0,00	0,00	0,00	1 460 833,15
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais					
Subsídios	252 749,71	75 757,49	47 500,00	21 000,00	245 492,22
Doações	1 279 603,21	0,00	0,00	0,00	1 279 603,21
Resultado Líquido do Exercício	24 343,56	24 343,56	281 103,22	0,00	281 103,22
	5 487 262,58	100 101,05	352 946,78	-45 000,96	5 695 107,35

As variações nos fundos patrimoniais são referentes à distribuição de resultados do exercício anterior e ajustamentos referentes à imputação de subsídios no resultado do exercício (proporcional às depreciações do exercício) e ao desconhecimento de um subsídio no valor de 21.000,00 euros referente ao valor do adiantamento da candidatura PRR-RE-C03-i01-08-000684, uma vez que a mesma não será concretizada. Na rubrica de Resultados Transitados foram imputados 66.000,96 euros referentes a correções nas estimativas contabilísticas dos gastos com pessoal do ISS, IP relativos ao Contrato de Gestão e Comodato, na rubrica de pessoal, do Centro Infantil de Aveiro, dos anos de 2018 a 2024.

NOTA 7. DESAGREGAÇÃO DE RUBRICAS DO BALANÇO

Entendemos relevante desagregar algumas rubricas do Balanço de forma a proporcionar informação adicional que não está apresentada na face do mesmo, mas que é relevante para uma melhor compreensão de qualquer uma delas.

7.1. – Caixa e Depósitos Bancários

Caixa e Depósitos Bancários	2025	2024
Caixa	8 828,36	7 631,67
Depósitos à Ordem	175 895,83	40 152,51
Depósitos a Prazo	701 496,40	501 496,40
	886 220,59	549 280,58

7.2. – Financiamentos Obtidos

Financiamentos Obtidos	2025	2024
Empréstimos Bancários - Passivo Corrente	291 110,54	322 526,59
Empréstimos Bancários - Passivo Não Corrente	1 279 963,10	1 571 815,14
	1 571 073,64	1 894 341,73

Os financiamentos correntes dizem a respeito à conta corrente caucionada e ao capital de mútuos a liquidar em 2026.

7.2.1. – Montepio Geral - Linha de Crédito de Apoio à Economia Social

Mapa de Serviço de Dívida					
Ano	Juros	Capital	Cap. Div. Ini	Cap.Div. Fim	Fluxo
2026	7 634,59 €	31 447,98 €	170 147,44 €	138 699,46 €	39 082,57 €
2027	6 162,74 €	32 919,83 €	138 699,46 €	105 779,63 €	39 082,57 €
2028	4 487,04 €	34 595,53 €	105 779,63 €	71 184,10 €	39 082,57 €
2029	2 726,05 €	36 356,52 €	71 184,10 €	34 827,58 €	39 082,57 €
2030	875,42 €	34 827,58 €	34 827,58 €	0,00 €	35 703,00 €

7.2.2. – Montepio Geral - LINHA DE CRÉDITO S. SOCIAL – COVID19

Mapa de Serviço de Dívida					
Ano	Juros	Capital	Cap. Div. Ini	Cap.Div. Fim	Fluxo
2026	2 411,79 €	122 222,26 €	122 222,26 €	- €	124 634,05 €

7.2.3. – Montepio Geral – LINHA DE CRÉDITO + IMPACTO SOCIAL

Trata-se de uma linha de crédito de 1.000.000,00 euros subdividida em duas operações de 500.000,00 euros cada.

Mapa de Serviço de Dívida					
Ano	Juros	Capital	Cap. Div. Ini	Cap.Div. Fim	Fluxo
2026	11 658,11 €	48 576,64 €	346 157,03 €	297 580,39 €	60 234,75 €
2027	10 547,79 €	49 686,97 €	297 580,39 €	247 893,42 €	60 234,76 €
2028	8 613,28 €	51 621,48 €	247 893,42 €	196 271,94 €	60 234,76 €
2029	6 603,45 €	53 631,31 €	196 271,94 €	142 640,63 €	60 234,76 €
2030	4 515,37 €	55 719,39 €	142 640,63 €	86 921,24 €	60 234,76 €
2031	2 345,99 €	57 888,76 €	86 921,24 €	29 032,48 €	60 234,75 €
2032	333,21 €	29 032,48 €	29 032,48 €	- €	29 365,69 €

7.2.4. – Montepio Geral – Linha de Crédito FEI Uncapped - Secção 3.1

O presente financiamento foi contratado com o Montepio Geral em setembro de 2022 e destinou-se especificamente a liquidar, junto da CGD, os financiamentos aí contratados e destinados ao financiamento da construção do Edifício Irmãos Rangel. A decisão teve como base a redução da taxa de juro e o alargamento do prazo de pagamento.

Mapa de Serviço de Dívida					
Ano	Juros	Capital	Cap. Div. Ini	Cap.Div. Fim	Fluxo
2026	23 803,60 €	40 287,02 €	586 389,88 €	546 102,86 €	64 090,62 €
2027	23 410,13 €	40 680,49 €	546 102,86 €	505 422,37 €	64 090,62 €
2028	21 572,81 €	42 517,82 €	505 422,37 €	462 904,55 €	64 090,63 €
2029	19 652,50 €	44 438,13 €	462 904,55 €	418 466,42 €	64 090,63 €
2030	17 645,46 €	46 445,17 €	418 466,42 €	372 021,25 €	64 090,63 €
2031	15 547,77 €	48 542,85 €	372 021,25 €	323 478,40 €	64 090,62 €
2032	13 355,34 €	50 735,28 €	323 478,40 €	272 743,12 €	64 090,62 €
2033	11 063,89 €	53 026,73 €	272 743,12 €	219 716,39 €	64 090,62 €
2034	8 668,95 €	55 421,67 €	219 716,39 €	164 294,72 €	64 090,62 €
2035	6 165,84 €	57 924,78 €	164 294,72 €	106 369,94 €	64 090,62 €
2036	3 549,68 €	60 540,95 €	106 369,94 €	45 828,99 €	64 090,63 €
2037	874,52 €	45 828,99 €	45 828,99 €	- €	46 703,51 €

7.3. – Créditos a receber

Créditos a Receber	2025	2024
Clientes		
Clientes e Utentes C/C	112 977,88	145 150,20
Clientes e Utentes Cobrança Duvidosa	126 990,14	114 068,59
Adiantamentos de Clientes	-7 030,32	-3 183,67
Perdas Por Imparidade	-126 990,14	-114 068,59
Pessoal		
Adiantamentos ao Pessoal	250,00	0,00
Devedores por Acréscimos de Rendimentos		
Comparticipação ISS, IP - Complemento por Demência	1 624,26	1 970,64
Comparticipação ISS, IP - Complemento Dependência 2º Grau	4 249,50	5 848,40
Comparticipação ISS, IP - Vagas Cativas	6 823,64	3 511,69
Outros Acréscimos de Rendimentos	218,76	0,00
Outros Devedores	78 763,51	196 517,39
	197 877,33	349 814,65

7.4. – Outros passivos correntes

Outros passivos correntes	2025	2024
Pessoal	647,60	2 023,40
Fornecedores de Investimentos	46 462,51	35 210,24
Credores por Acréscimos de Gastos		
Remunerações a Liquidar	424 097,02	417 711,05
Seguros a Liquidar	335,86	0,00
Juros a Liquidar	555,54	1 397,79
Fornecimentos e Serviços Externos	11 690,20	12 602,15
Gastos a Liquidar CIA	393 087,30	270 641,86
Despesas em Nome e Por Conta de Terceiros	9 182,31	11 798,97
Cauções e Garantias	1 850,04	1 850,04
Outros Credores	52 894,22	3 897,42
	940 802,60	757 132,92

7.5. – Diferimentos

Diferimentos	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
Fornecimentos e Serviços Externos	18 684,93	13 513,25
Gastos com o Pessoal	17 175,80	0,00
	35 860,73	13 513,25
Rendimentos a Reconhecer		
Município de Aveiro	0,00	96 289,41
Instituto de Segurança Social, IP	0,00	0,00
Rendas	25 200,85	5 422,00
	25 200,85	101 711,41
Subsídios para o Investimento		
Município de Aveiro	305 000,00	105 000,00
	305 000,00	105 000,00

7.6. – Estado e outros entes públicos

Estado e outros entes públicos	2025	2024
Ativo corrente		
MA - Reembolsos pedidos	48 156,39	13 606,03
	48 156,39	13 606,03
Passivo Corrente		
IRS - Retenções	20 861,84	12 923,12
MA a pagar	28 457,78	338,56
Contribuições para a Segurança Social	129 413,20	73 124,01
	178 732,82	86 385,69

A instituição tem a sua situação tributária regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira e situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

7.7. – Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros

Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	2025	2024
Quotas	210 370,98	192 341,52
Perdas Por Imparidade	-105 327,50	-63 625,11
	105 043,48	128 716,41

7.8. – Fornecedores

Fornecedores	2025	2024
Fornecedores c/c	170 314,14	155 887,13
	170 314,14	155 887,13

7.9. – Outros Ativos Correntes

Outros Ativos Correntes	2025	2024
Outros Ativos Correntes	287 030,01	284 867,54
	287 030,01	284 867,54

Os Outros Ativos Correntes referem-se ao Imóvel sito na Costa Nova do Prado, inscrito na respetiva Matriz Predial sob o n.º 715 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ílhavo na ficha n.º 125/19860109 da Freguesia da Gafanha da Encarnação, Ílhavo, tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua alienação, na Reunião Extraordinária da Assembleia-Geral realizada em 25 de julho de 2024 e revistas as condições dessa alienação na Reunião Extraordinária da Assembleia-Geral realizada em 18 de dezembro de 2025.

NOTA 8. DESAGREGAÇÃO DE RUBRICAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Entendemos relevante desagregar algumas rubricas da Demonstração dos Resultados de forma a proporcionar informação adicional que não está apresentada na face da mesma, mas que é relevante para uma melhor compreensão de qualquer uma delas.

8.1. – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo

CMVMC	2025	2024
Existências iniciais	12 353,08	10 561,02
Compras	103 879,38	86 728,14
Existências finais	12 871,64	12 353,08
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	103 360,82	84 936,08

Mercadorias

CMVMC	2025	2024
Existências iniciais	2 207,02	2 792,89
Compras	41 344,74	31 159,52
Regularizações de Inventários	0,00	3 556,42
Existências finais	2 908,72	2 207,02
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	40 643,04	35 301,81

CS

8.2. – Fornecimentos e Serviços Externos

Fornecimentos e Serviços Externos	2025	2024
Subcontratos	471 025,35	429 143,06
Serviço Alimentação	471 025,35	429 143,06
Serviços Especializados	346 811,68	313 659,30
Trabalhos especializados	90 116,72	82 926,96
Publicidade e propaganda	3 733,06	1 920,31
Vigilância e segurança	135 591,60	127 796,04
Honorários	32 789,50	27 396,92
Conservação e reparação	63 369,99	58 010,98
Gestão e despesas de condomínio	10 856,40	6 650,68
Outros	10 354,41	8 957,41
Materials	47 348,21	61 283,56
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	18 533,02	25 738,99
Livros e documentação técnica	0,00	139,90
Material de escritório	8 639,41	7 830,72
Artigos para oferta	3 335,43	7 072,83
Material Didático	6 394,37	4 758,65
Equipamentos de Proteção Individual	10 445,98	15 742,47
Energia e Fluidos	220 630,64	210 322,82
Electricidade	127 270,38	117 693,26
Combustíveis	21 502,05	21 765,54
Água	40 362,26	38 033,89
Gás	31 495,95	32 830,13
Deslocações, Estadas e Transportes	2 214,83	2 768,46
Serviços Diversos	96 316,09	97 845,09
Rendas e alugueres	7 362,35	7 080,14
Comunicações	11 604,50	8 898,05
Seguros	24 143,78	21 695,82
Contencioso e notariado	886,62	906,35
Limpeza, higiene e conforto	50 641,40	56 771,87
Outros serviços	1 677,44	2 492,86
	1 184 346,80	1 115 012,29

8.3. – Gastos com Pessoal

Gastos com Pessoal	2025	2024
Remunerações do Pessoal	2 997 441,85	2 764 146,27
Indemnizações	53 347,62	58 634,53
Encargos Sobre Remunerações	647 741,65	596 840,33
Seguros de Acidentes de Trabalho	61 641,42	56 752,84
Gastos de Acção Social	67 292,87	57 913,48
Outros Gastos com o Pessoal	101 152,23	105 221,26
	3 928 617,84	3 639 508,71
Número Médio de Funcionários	202	197

8.4. – Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

Imparidades	2025	2024
Cientes e utentes	12 921,55	1 469,39
Irmãos	41 702,39	3 536,22
	54 623,94	5 005,61
Reversões de Imparidades	2025	2024
Cientes e utentes	0,00	3 527,56
	0,00	3 527,56
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	54 623,94	1 478,05

O motivo da criação das presentes imparidades é a mora.

8.5. – Outros Gastos

Outros Gastos	2025	2024
Impostos	4 948,11	1 333,95
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	12 516,78	0,00
Outros		
Quotizações	1 230,00	1 230,00
Outros não especificados	400,00	248,26
	19 084,89	2 812,21

8.6. – Juros e gastos similares suportados

Juros e gastos similares suportados	2025	2024
Juros suportados	70 910,70	110 319,26
Outros gastos de financiamento	0,00	127,52
	70 910,70	110 446,78

8.7. – Juros e rendimentos similares obtidos

Juros e rendimentos similares obtidos	2025	2024
Juros obtidos	10 822,06	17 279,17
Outros rendimentos similares	0,00	5,45
	10 822,06	17 284,62

8.8. – Vendas e serviços prestados

Vendas e serviços prestados	2025	2024
Vendas	61 321,44	52 683,48
Prestações de serviços		
Comparticipações de Utentes e Familiares	2 495 431,72	2 203 268,66
Comparticipações das Entidades Públicas	2 735 550,74	2 372 309,38
Quotizações e jóias	25 465,40	11 350,90
Serviços secundários	148 627,99	99 863,85
	5 466 397,29	4 739 476,27

8.9. – Outros rendimentos

Outros rendimentos	2025	2024
Rendimentos suplementares	16 588,85	22 901,59
Descontos de pronto pagamento obtidos	5 601,21	1 328,93
Ganhos em inventários	0,00	3 556,42
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	143 232,28	151 097,79
Outros	75 706,04	68 905,83
	241 128,38	247 790,56

NOTA 9. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço de 31 de dezembro de 2025, registaram-se diversos acontecimentos com potencial impacto direto ou indireto na atividade da Instituição e, mais amplamente, no setor social e solidário.

No plano internacional, persistem fatores de instabilidade associados à continuidade do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, bem como ao agravamento das tensões no Médio Oriente, nomeadamente, a guerra no Irão, que impactou diretamente Portugal com o aumento dos preços globais de petróleo e gás. Estes eventos têm mantido elevados os níveis de incerteza nas cadeias de abastecimento globais, nos custos energéticos e nas dinâmicas do comércio internacional aumentando a pressão sobre os mesmos.

Adicionalmente, as tarifas comerciais impostas pelos Estados Unidos sobre um conjunto significativo de produtos importados agravam as pressões inflacionistas e introduzem novos constrangimentos no comércio internacional. Estes fatores são reconhecidos como riscos relevantes para o crescimento económico da União Europeia, podendo afetar negativamente a procura externa e o investimento.

Apesar destes desafios, as mais recentes projeções do Banco de Portugal apontam para um crescimento do PIB nacional de 2,3 % em 2026. Contudo, este cenário base poderá ser revisto em baixa caso se materializem os riscos internacionais associados à instabilidade geopolítica e às tensões comerciais.

No que respeita à política monetária, a taxa Euribor a 6 meses, utilizada como principal referência nos financiamentos da Instituição, situava-se em 2,131% em março de 2026, refletindo a política mais flexível do Banco Central Europeu. Ainda que inferior aos 2,562 % registados no início de 2025, esta taxa continua elevada em termos históricos e representa um fator relevante a considerar na gestão da tesouraria e planeamento financeiro da Instituição.

No mercado de trabalho, embora o desemprego geral se mantenha num nível bastante baixo, o sector social enfrenta grandes dificuldades na contratação de profissionais qualificados devido à pressão salarial e aos custos crescentes.

A evolução destes indicadores económicos — crescimento do PIB, inflação, taxa de juro, desemprego e conjuntura internacional — continuará a ser acompanhada de forma próxima pela Mesa Administrativa, de modo a assegurar uma resposta atempada e adequada aos desafios emergentes, tendo em conta a sustentabilidade da Instituição e uma gestão eficiente de recursos, reforço do financiamento público e adaptação às novas pressões económicas.

À data de elaboração das presentes demonstrações financeiras, não é possível quantificar com fiabilidade os eventuais impactos que estes fatores possam ter na atividade futura da Instituição. Contudo, não existem indícios que coloquem em causa a continuidade das suas operações.

NOTA 10. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR LEGISLAÇÃO APLICÁVEL EM VIGOR

- Durante o exercício de 2025, não foram verificados negócios entre a entidade e a Mesa Administrativa.
- Dando cumprimento ao estipulado no artigo n.º 210 da Lei n.º 110 de 2009 de 16 de setembro e ao Decreto-Lei n.º 534 de 1980 de 07 de novembro, informamos que a empresa, em 31/12/2025, não registava quaisquer débitos em mora perante a Segurança Social e o Estado e Outros Entes Públicos.
- A entidade não detém sucursais.

NOTA 11. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe à Assembleia Geral Anual que o Resultado Líquido do Período no montante de 281 103,22 euros, seja distribuído da seguinte forma:

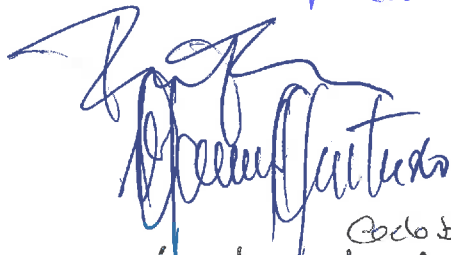

- Resultados Transitados: 281 103,22 €

NOTA 12. SERVIÇOS PRESTADOS PELA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

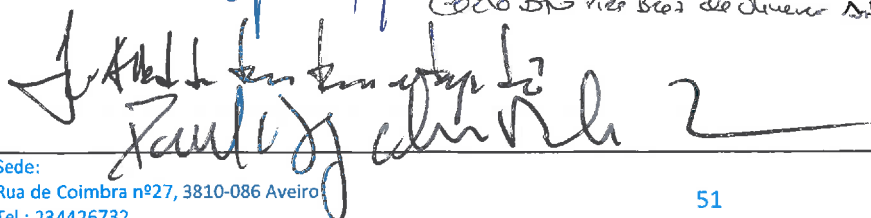
De acordo com o previsto no artigo n.º 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais informamos que a sociedade de Revisores de Contas da entidade apenas prestou serviços de revisão legal de contas correspondendo ao total dos seus serviços à revisão legal de contas no montante de 3.670,00 € acrescidos da taxa de IVA em vigor.

Aveiro, 31 de março de 2026

A Mesa Administrativa



Paulo do Nascimento



O Contabilista Certificado



CC 31755

Santa Casa da Misericórdia de Aveiro
Demonstração Resultados por Naturezas - Sede

Rubricas	2025						Total Sede e Património
	Rendimentos Patrimoniais	SAAS	Projetos	Igreja e Núcleo Museológico	Casa do Seixal		
Vendas e serviços prestados	0,00	272,48	0,00	1 087,76	0,00	0,00	1 360,24
Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	49 297,64	6 802,93	1 535,91	0,00	0,00	57 636,48
Varição nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	-26,94	0,00	-496,31	0,00	0,00	-523,25
Fornecimentos e serviços externos	-13 779,71	-6 734,34	-116,40	-14 517,94	-1 321,11	0,00	-38 469,50
Gastos com o pessoal	0,00	-50 203,57	0,00	-47 791,65	0,00	0,00	-17 995,22
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	0,00	-446,22	0,00	-471,24	0,00	0,00	-917,46
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos	128 473,40	135,75	0,00	21 525,26	0,00	0,00	150 134,41
Outros gastos	0,00	-85,55	0,00	-38,60	0,00	0,00	-124,15
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	114 693,69	-7 780,75	6 686,53	-39 166,81	-1 321,11		73 101,56
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-17 874,38	-2 013,64	0,00	-2 623,52	-1 044,76		-23 556,30
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	96 819,31	-9 804,39	6 686,53	-41 790,33	-2 365,87		49 545,26
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	115,80	0,00	122,29	0,00		238,09
Juros e gastos similares suportados	0,00	-475,19	0,00	-501,84	0,00		-977,03
Resultado antes de impostos	96 819,31	-10 163,78	6 686,53	-42 169,88	-2 365,87		48 806,31
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Resultado líquido do período	96 819,31	-10 163,78	6 686,53	-42 169,88	-2 365,87		48 806,31

Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

Demonstração Resultados por Naturezas - Complexo Social da Moita

	2025									
Rúbricas	LAR	Centro de Dia	Serviço de Apoio Domiciliário	UMFR	Casa Abrigo	Programa Emergência Alimentar	SAAS	Outras Atividades Conexas	Total Complexo Social	
Vendas e serviços prestados	2 550 088,19	145 391,22	442 217,07	111 047,46	157 597,80	32 123,47	267,39	61 553,76	3 500 392,36	
Subsídios, doações e legados à exploração	20 045,78	163,13	436,54	6 548,05	182,08	0,00	47 419,54	43,65	74 838,78	
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-56 549,03	-1 542,28	-6 092,27	-627,82	-2 915,27	-2 922,12	-0,38	-45 023,55	-115 672,70	
Fornecimentos e serviços externos	-560 923,67	-33 279,16	-95 452,09	-30 204,03	-65 548,40	-20 737,37	-3 397,40	-2 197,30	-811 739,42	
Gastos com o pessoal	-1 710 758,89	-87 187,81	-291 468,16	-71 962,89	-127 071,01	0,00	-45 072,79	-3 880,94	-2 337 402,49	
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras imparidades (perdas/reversões)	-27 242,41	-1 184,35	-5 449,65	-1 226,09	-1 321,97	0,00	-437,88	-316,94	-37 176,29	
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros rendimentos	42 498,32	1 351,32	8 205,25	1 710,91	12 782,20	0,00	133,22	15 995,07	82 675,29	
Outros gastos	-13 861,71	-86,55	-191,49	-540,43	-100,07	0,00	-22,97	-15,82	-14 819,04	
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	243 296,58	23 625,52	52 205,20	14 745,17	-26 394,64	8 469,98	-1 111,27	26 257,95	344 094,49	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-117 095,22	-7 992,91	-26 772,95	-4 739,73	-22 455,44	0,00	-2 143,93	-36,36	-181 236,56	
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	126 201,36	15 632,61	25 432,25	10 005,44	-48 890,08	8 469,98	-3 255,20	26 221,57	159 857,93	
Juros e rendimentos similares obtidos	4 630,74	307,35	822,48	205,62	343,06	0,00	113,63	82,25	6 565,13	
Juros e gastos similares suportados	-19 003,32	-1 261,26	-3 375,21	-843,80	-1 407,82	0,00	-466,31	-337,52	-26 695,24	
Resultado antes de impostos	111 828,78	14 678,70	22 879,52	9 367,26	-49 914,84	8 469,98	-3 607,88	25 966,30	139 667,92	
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado líquido do período	111 828,78	14 678,70	22 879,52	9 367,26	-49 914,84	8 469,98	-3 607,88	25 966,30	139 667,92	

Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

Demonstração Resultados por Naturezas - Casa da Cruz

Rubricas	2025			Total Casa da Cruz
	Creche	EEPE		
Vendas e serviços prestados	365 627,54	203 263,09		568 890,63
Subsídios, doações e legados à exploração	22 223,51	20 274,99		42 498,50
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00		0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00		0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 051,36	-1 397,04		-2 448,40
Fornecimentos e serviços externos	-36 493,32	-41 881,48		-78 374,80
Gastos com o pessoal	-297 096,39	-188 173,58		-485 269,97
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00		0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00		0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00		0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	0,00		0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	-3 248,62	-2 015,48		-5 264,10
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00		0,00
Outros rendimentos	1 771,00	1 372,61		3 143,61
Outros gastos	-1 697,70	-1 646,10		-3 343,80
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	50 034,66	-10 202,99		39 831,67
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-5 041,58	-4 612,19		-9 653,77
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	44 993,08	-14 815,18		30 177,90
Juros e rendimentos similares obtidos	843,04	503,23		1 346,27
Juros e gastos similares suportados	-3 459,59	-2 065,09		-5 524,68
Resultado antes de impostos	42 376,53	-16 377,04		25 999,49
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00		0,00
Resultado líquido do período	42 376,53	-16 377,04		25 999,49

Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

Demonstração Resultados por Naturezas - Centro Infantil de Aveiro

Rubricas	2025			Total Centro Infantil de Aveiro
	Creche	EEPE		
Vendas e serviços prestados	473 464,55	201 995,73		675 460,28
Subsídios, doações e legados à exploração	25 982,46	30 989,60		56 972,06
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00		0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00		0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-787,34	-638,56		-1 425,90
Fornecimentos e serviços externos	-68 444,93	-55 364,73		-123 809,66
Gastos com o pessoal	-325 500,25	-157 561,16		-483 061,41
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00		0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00		0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00		0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	0,00		0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	-3 373,72	-1 938,50		-5 312,22
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00		0,00
Outros rendimentos	1 910,45	1 349,66		3 260,11
Outros gastos	-183,44	-91,43		-274,87
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	103 067,78	18 740,61		121 808,39
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-3 875,66	-3 663,54		-7 539,20
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	99 192,12	15 077,07		114 269,19
Juros e rendimentos similares obtidos	875,50	397,17		1 272,67
Juros e gastos similares suportados	-3 592,82	-1 629,87		-5 222,69
Resultado antes de impostos	96 474,80	13 844,37		110 319,17
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00		0,00
Resultado líquido do período	96 474,80	13 844,37		110 319,17

Demonstração Resultados por Naturezas - Edifício Irmãos Rangel

Rúbricas	2025	
	EIR	Total EIR
Vendas e serviços prestados	720 293,78	720 293,78
Subsídios, doações e legados à exploração	840,74	840,74
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-23 933,61	-23 933,61
Fornecimentos e serviços externos	-133 953,42	-133 953,42
Gastos com o pessoal	-524 888,75	-524 888,75
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	-5 625,65	-5 625,65
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00
Outros rendimentos	1 913,96	1 913,96
Outros gastos	-533,03	-533,03
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	34 114,02	34 114,02
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-46 772,43	-46 772,43
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	-12 658,41	-12 658,41
Juros e rendimentos similares obtidos	1 459,90	1 459,90
Juros e gastos similares suportados	-32 491,06	-32 491,06
Resultado antes de impostos	-43 689,57	-43 689,57
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00
Resultado líquido do período	-43 689,57	-43 689,57

VOTO DE PESAR

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro apresenta o seu pesar pelos utentes e irmãos falecidos e que o tempo traga paz aos familiares, amigos e todos nós.

AGRADECIMENTOS

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro expressa também os seus agradecimentos:

- Aos utentes desta Irmandade pela colaboração, confiança e compreensão que apresentam, engrandecendo os serviços prestados;
- Ao nosso Bispo, D. António Manuel Moiteiro Ramos, pelo acompanhamento e apoio que concede a esta Irmandade e a comunhão que sempre tem tido com a comunidade de Aveiro.
- Aos Órgãos Sociais pelo apoio que têm proporcionado;
- Aos Irmãos da Misericórdia, pelo estímulo que nos vêm concedendo;
- Aos funcionários, pelo empenho, dinamismo e humanismo que aplicam no desempenho das suas funções;
- Aos familiares dos utentes, particularmente das áreas da infância e dos idosos, pela confiança depositada e pelos estímulos nas palavras e ações;
- Às entidades oficiais que institucionalmente colaboram com esta Santa Casa, nomeadamente, o Centro Distrital de Aveiro da Segurança Social, a Câmara Municipal de Aveiro, o Centro de Emprego, a Universidade de Aveiro, o Hospital Infante D. Pedro, o Centro de Saúde, a Saúde Pública de Aveiro, a União das Misericórdias, entre tantos outros;
- A toda a imprensa local, que acompanha a vida desta Misericórdia;
- A tantas outras empresas e particulares que, através de donativos ou serviço voluntário, ajudaram a prestar o melhor serviço.

DELIBERAÇÃO DA MESA ADMINISTRATIVA

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas por unanimidade pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro e autorizada a sua emissão, em reunião de nove de abril de dois mil e vinte e seis.

Aveiro, 9 de abril de 2026

A Mesa Administrativa

Paulo do Rosário Lopes Paulo
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Santa Casa da Misericórdia de Aveiro** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de **8.886.231,40 euros** e um total de capital próprio de **5.695.107,35 euros**, incluindo um resultado líquido de **281.103,22 euros**), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Santa Casa da Misericórdia de Aveiro** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

ÂNGELO COUTO & L. CARVALHO, SROC, LDA
A Gerência



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

ÂNGELO COUTO & L. CARVALHO, S.R.O.C., LDA
Gerência



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

São João da Madeira, 21 de Abril de 2026

Ângelo Couto & L. Carvalho, S.R.O.C., Lda.

Representada por:

**Ângelo Manuel Oliveira Couto, R.O.C. n.º 590
registado na CMVM com o n.º 20160245**